

## A PERPLEXIDADE DO HISTORIADOR

**Maria de Lourdes Monaco Janotti**

Universidade de São Paulo — Diretora do Museu da Casa Brasileira.

Ao se deparar com fontes orais, registradas e transcritas, o historiador sente que para ele “os tempos felizes” terminaram. Todos os princípios que aprendera e adotara em seu ofício apresentam-se, a primeira vista, inadequados para o novo trabalho. A segurança, penosamente conseguida no percurso profissional, parece arriscada a desintegrar-se frente aos depoimentos colhidos. Não são mais suficientes as antigas opções metodológicas que permitiram compor discursos explicativos bem articulados, assentes que eram em documentação passível de controle pelo próprio pesquisador. O emprego criteriosamente cultivado dos elementos sustentadores da crítica histórica, associado a procedimentos técnicos minuciosos da análise documental, que sempre asseguram credibilidade científica ao discurso, não oferecem mais as habituais trilhas seguras. De repente pergunta-se: o que fazer? Esse sentimento só é compreendido e experimentado pelo historiador que, ao apertar a mão de uma pessoa, sabe que ela vai se tornar uma das “fontes” de sua pesquisa.

Embora admita-se a identidade do sujeito-pesquisador com o objeto-história pesquisada, dependendo do tema, esta relação não é óbvia. Na prática o distanciamento, apesar de aparente, permite que o objeto adquira certa identidade. Com frequência esquece-se que o documento escrito já foi oral, que ele é um corte, artificialmente mumificado, do transcorrer da vida. A frieza dos caracteres impressos resguarda o pesquisador da emoção, protegendo-o. Se não conseguir interpretar bem o pensamento de um testemunho do séc. XIX,

poderá eventualmente ser admoestado por um acadêmico mais impertinente. Entretanto, como é diferente a relação com contemporâneos nossos! Pode-se ler nos apontamentos de uma pesquisadora que acabava de gravar um depoimento de uma jovem negra: “Ela revelou ter uma forte preocupação com a situação do negro e disse que era extremamente importante que se fizesse alguma coisa em benefício de sua raça. Cleide, (a entrevistada) esperava algum retorno do projeto pois acreditava que estas fitas gravadas não seriam simplesmente transcritas e arquivadas, e sim ouvidas e discutidas. Nesse momento percebi que uma grande responsabilidade estava sendo transferida para mim... O peso dessa responsabilidade estava relacionado às expectativas da depoente, e eu não gostaria de causar-lhe uma decepção” (1). Percebe-se que também a ética tradicional que envolve o trabalho científico precisa ser redefinida. A depoente exigiu a cumplicidade do pesquisador e conseguiu: ... “Faz tempo que a gente está querendo falar, falar para alguém o que sente, mas não aparecia ninguém. Um dia há de chegar a vez da gente chegar e poder abrir o coração e falar o que sente, que... essa Abolição do 13 de Maio foi só naquele dia. Embora a gente esteja sem corrente, não tá acorrentado, não tem ninguém para bater na gente, ninguém para vigiar, mas tem sempre alguém para apontar aquele é negro, aquele é negro, e negro não presta! Um dia vai chegar a vez da gente falar. Eu gostei! Embora eu não saiba expressar muito “bem” o que estou sentindo, eu estou bastante contente, já dá para pôr a cabeça no travesseiro e dormir tranqüila. Um dia alguém vai ler e vai sentir o que a gente sente” (2).

O documento produzido nas entrevistas, como é fácil depreender, é de dupla autoria. Depoente e Pesquisador podem se completar e mesmo se opor. Produzem dois discursos paralelos: um expressando a investigação científica, outro, a narrativa da história de uma vida.

Esses discursos muitas vezes se misturam e um deles, ao se tornar dominante, passa a conduzir os caminhos do fluxo da memória que será registrada. Somente uma análise percuciente permitirá estabelecer esses momentos de identidade total entre os sujeitos da pesquisa.

Mais além dessas observações está o intrincado universo das rememorações provocadas. Sabe-se que “a memó-

ria não institucional... não é forçosamente mais verdadeira que a oficial: ela também possui seus estereótipos e seus preconceitos” (3) mas, sobretudo, que ainda permanecem incógnitos quase todos os mecanismos de comando das recordações individuais e coletivas. Se por um lado o historiador já aprendeu a duvidar de “verdades únicas”, por outro lado, ainda não aprendeu a incluir a psicologia entre as ciências que auxiliam a compreender a vida. E precisa fazê-lo para poder caminhar pelas tortuosidades das lembranças.

Os depoimentos colhidos pelo projeto **Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo** envolvem reflexões específicas sobre a transmissão das lembranças. Além desses relatos valorizarem mais “o testemunho indireto, não das pessoas que viveram aquilo de que falam, mas que transmitem aquilo que lhes foi contado...”, também nos informam sobre o modo pelo qual funciona a memória de um grupo (4). Em nosso caso, esse grupo é o de famílias negras. Mais ainda, radicadas no interior — em regiões dinâmicas e estagnadas —, ou na Capital. Os diferentes conjuntos de lembranças que se encontram em um único depoimento, representados por círculos concêntricos que se cruzam, permitem que se penetre abruptamente nos inúmeros universos das relações sociais. A história da sociedade brasileira neles está registrada, se bem que em seus aspectos mais lentos, sem muitos fatos marcantes, uma história da vida cotidiana e da cultura popular. Descrevendo uma viagem a Bom Jesus da Pirapora, Antonio Ferraz com 73 anos oferece um rico panorama sobre a compreensão das romarias (5):

“Naquele tempo não tinha as estradas que tem agora... quem ia ficava os seis dias de festa de 1.º a 6 de agosto. Meu pai e minha mãe tinham a devoção de ir. Nós pegávamos o trem aqui em Piracicaba às sete horas da manhã e quando eram seis horas da tarde, quando o sol tava avermelhando, aí chegava em Bariri... De lá, não tinha outro jeito, pra ir em Pirapora, senão a pé ou em carro de boi. As famílias vizinhas alugavam um carro e iam junto... Punham as crianças dentro. Eu lembro que eu fui muitas vezes, um pouco no carro... um pouco a pé. Eram quatro léguas de Bariri a Pirapora. Em Parnaíba, que era a metade da viagem, parava um pouco, comia uma coisinha, descansava... andava mais duas léguas e quando clareava o dia chegava a Pirapora. Lá tinha um barracão que nem um mercado, ti-

na dois: o velho e o novo. Lá era uma festa, divertimento não parava. Nós comprávamos esteiras e pegava um lugarzinho (de aluguel) para a família. Aí estendia a esteira, punha as malas, e minha mãe e as outras mulheres arrumavam as crianças e acendiam um foguinho... Faziam café, a fumaça incomodava..."

Com riqueza de detalhes esse relato prossegue por várias páginas, tentando o historiador a desenvolver análises semelhantes às que Sérgio Buarque de Holanda realizou sobre as relações entre os participantes das Monções.

A medida que se avança na compreensão dos testemunhos comprova-se a procedência das afirmações de Maurice Halbwachs: "Há memórias individuais e coletivas. O indivíduo participa desses dois tipos de memória... Conforme ele participa de uma ou de outra, ele adotarás duas atitudes muito diferentes e mesmo contraditórias... De um lado e no quadro de sua personalidade, ou de sua vida pessoal que as recordações tomam sentido, relacionam-se com outras recordações e delas se distinguem. De outra parte, ele será capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar recordações impessoais, na medida que interessa ao grupo" (7).

A família de Isabel Fabiano André, 93 anos, residente em Sorocaba (8), cultivava reminiscências sobre os antepassados escravos. Notável é a transmissão dessas histórias pelos membros da família. Uma delas, a do casamento dos pais de Isabel, **exerce fascínio sobre todos**. A versão apresentada por Thereza Henriqueta Marciano é a mais completa: "O pai de minha mãe foi escravo mesmo! Daqueles castigados... O patrão dele se enamorou, de minha avó. Ela era preta e muito bonita, muito bonita mesmo. Ele perseguiu ela e ela não quis. Daí então, o patrão fez ela casar com o meu avô que era bem mais velho sabe? Ela era menina e ele era velho, velho. O meu avô não queria, imagine casar com uma menina! O meu pai me contou que ele tentou suicídio: cortou a barriga e se atirou num poço que curtia couro. Pois o patrão, **meu pai falava, palavra do meu pai**, o patrão pescou meu avô de lá, tirou ele da água, costurou e fez casar... Minha avó era pupila da casa, e ele era da roca..." (9).

Esta história está presente também em outros depoimentos da família, mesmo de forma velada. Isabel, filha dos

protagonistas não se refere explicitamente ao caso, mas aponta como um dos grandes males da escravidão as uniões forçadas: “E depois, obrigavam as mulheres casarem com qualquer um. Acho que era isso que minha tia falava... Que era custoso o casamento...” (10).

Esse imaginário da escravidão foi também elaborado por parentes já falecidos, que são apontados como primeiros narradores. Eles que dão autoridade ao relato e foram depositários da memória do grupo. Ao contar a mesma história Cleide, da 3ª geração, altera alguns pontos da narrativa, mas continua a aceitar a mesma versão dos fatos: “Desde pequena eu sinto aquela revolta... essas coisas da escravidão doem” (11).

Essas “memórias coletivas” fortalecem a coesão do grupo, dando-lhe identidade em relação a outros. Sustentam, como testemunhos de violências que são, o ponto de vista das gerações mais novas, revoltadas pela discriminação que sofrem. Desempenham no interior da história de famílias funções muito sutis, semelhantes aos mitos que explicam a origem dos grupos, povos ou nações.

É surpreendente a liberdade com que todos os entrevistados lidam com as balizas do tempo. Halbwachs acredita que as recordações dos membros de uma família têm durações variáveis. Assim é, por exemplo, mais longa a narrativa do casal referente ao encontro de ambos, namoro, casamento, nascimento e criação dos filhos, do que aquelas que têm como objeto a adolescência e mocidade dos filhos. De qualquer forma, os “tempos” das rememorações são muito variáveis.

A periodização das rememorações é balizada, em geral, pela insana labuta em prol da sobrevivência que caracteriza a vida dos brasileiros pobres. Os relatos são presos ao cotidiano, contendo poucos acontecimentos relevantes, corroborando o pensamento de Philippe Joutard: “Uma das formas do caráter não institucional da memória oral é a sua insensibilidade aos grandes acontecimentos que marcam a vida dos povos” (12).

A história das famílias negras pela própria sobrevivência é tão violenta e marginalizada que os depoentes não se referem a acontecimentos políticos da história do país (13). A

ausência é tão absoluta que se tem a impressão que as datas não têm importância alguma e que os marcos referenciais são apenas: a infância, a mocidade e a velhice. Ocorre-nos agora a vasta literatura sobre pesquisa sociológica e história oral que examina os liames da consciência histórica nos conjuntos memorialísticos (14). Parece-nos que para o caso dos negros e brancos pobres os recursos metodológicos sugeridos não são ainda totalmente adequados, por se referirem às análises de sociedades de classe dos países ricos. Em uma sociedade como a nossa, definida por Florestan Fernandes, como de classes, estamentos e castas, há muitas dificuldades em estabelecer critérios amplos de cidadania que possam servir de parâmetro para avaliar a participação das camadas populares na vida e na memória públicas.

Dessa forma, os depoimentos giram em torno de acontecimentos e conjunturas que os critérios pessoais selecionaram. Raras datas, sem precisão, constantes inversões de períodos da vida. À medida que é desencadeado o fluxo da memória, o depoente retorna a vários pontos, completando-os, reinterpretando-os.

Como Nicole Gagnon, temos presente que o relato de vida para o analista não é esclarecedor de fatos passados, contudo, é uma interpretação atual deles. Todavia para o depoente, a narrativa de suas recordações é o esforço de um sujeito para construir sua identidade. As histórias de vida devem ser consideradas como expressões da identidade social do informante e esta identidade é o resultado de um processo de apropriação simbólica do real. Ao investir no relato e na ação, ao conferir sentido aos gestos e materializar as significações adquiridas o ator torna-se sujeito dos seus atos (15).

Ao correr os olhos pelos depoimentos consultados, mesmo superficialmente, transparece a segurança crescente dos entrevistados à medida que as narrativas se sucedem. Na maioria das vezes, ao contar sua vida e expor suas opiniões as pessoas percebem o seu papel singular dentro da totalidade social.

Por não disporem dos mesmos pontos referenciais quanto às suas origens, como as famílias brancas, brasileiras ou imigrantes, existe um código de distinção entre as famílias negras: as que conhecem e as que não conhecem suas ori-

gens. A valorização da origem é o começo de toda identidade; Maria de Lourdes Ferreira sabe muito bem disso: “Eu falo para minhas meninas que há pessoas de nossa cor que não sabe nem onde está. . . Mas nós não. Africano, em nossa família, vem de perto” (16).

Nenhum depoimento pode expressar melhor o significado que a narrativa tem para o narrador do que o de Benedita de Jesus Athanasio. Interrogada sobre o que achara da entrevista declarou: “Eu acho muito bom. É uma coisa que marca a vida da gente. Eu posso chegar para outras pessoas e dizer: “Olha aqui minha vida como é que foi”. Porque... eu pro mundo era morta, não é? Eu não sei o que se passava comigo, porque eu não lembrava de nada que passava comigo e agora não. Eu tenho uma coisa, eu vou ler. Eu falo: “Puxa, mas o que eu eral heim?” (17)...

Essas reflexões preliminares que se iniciaram com perguntas do historiador — O que fazer com os depoimentos orais? Como traduzir nossas análises de caso em um discurso histórico? (18) — terminam em uma convicção. As soluções das questões metodológicas encontram-se na própria sabedoria do depoente. Aprenderemos muito se atentarmos para o que diz Ediana Arruda: “Meu avô fala que o avô dele veio do Congo da África. Ele conta quando eram escravos. Às vezes ele mesmo mistura tudo. São histórias que a gente, se for ver, tem que ir juntando, pedaço por pedaço, para a gente inteirar uma história” (19).

## NOTAS

- 1 — Rita de Cássia Fanucchi. Caderno de Campo de entrevista da depoente Cleide Aparecida Marciano. Família 39, Sorocaba, 18.10.87. 3.ª geração.
- 2 — Depoimento de Cleide Aparecida Marciano, p. 12.
- 3 — Joutard, Philippe. Ces volx que nous viennent du passe. Paris, Hachette, 1983, p. 173.
- 4 — Idem, p. 167.
- 5 — Depoimento colhido em Piracicaba por Carlos Eduardo Uchoa e Zita de Paula Rosa. Família 5, 1.ª geração.

- 6 — P. 15 a 20.
- 7 — **La mémoire collective**. Paris, Press Universitaires de France, 1950, p. 35.
- 8 — Foram colhidos cinco depoimentos de membros da mesma família. Os de Isabel Fabiano André, 93 anos, de seu filho Benedito Sebastião Ferreira, 60 anos e de seu neto Sidney Donizetti Marciano 25 anos, pela pesquisadora Ana Lúcia Moura Novais. As entrevistas da filha Thereza Henriqueta Marciano e da neta Cleide Aparecida Marciano, foram realizadas por Rita de Cássia Fanucchi.
- 9 — P. 4-5-6.
- 10 — P. 3.
- 11 — P. 5.
- 12 — Op. cit., p. 174.
- 13 — Refiro-me a um conjunto de 33 depoimentos de famílias de São Paulo — F 8; Sorocaba — F 39, F 40, F 45; Piracicaba — F 5; Rio Claro — F.15; Cruzeiro — F 1; Areias — F 14; Guararema — F 4; Cunha — F 21.
- 14 — V. Daniel Bertaux, Nicole Gagnon, Fernand Dumont, Paul Thompson preocupam-se com a construção dos conceitos de identidade, cultura, consciência, vivência, etc.
- 15 — *Donnees autobiographiques et praxis culturelle*. Cahiers Internationaux de Sociologie. Vol. LXIX, jul-dec. 80, passim.
- 16 — Fam. 8, São Paulo/Itapevi, 2ª. geração, p. 2. Entrevistada por Zita de Paula Rosa.
- 17 — Fam. 8, São Paulo/Itapevi, 76 anos, p. 125-126. Entrevistada por Maria Rosa C. Baptista.
- 18 — Nicole Gagnon também se pergunta: «Como traduzir nossas análises em discurso sobre a cultura?». Op. cit.
- 19 — Fam. 5, Piracicaba, 3ª. geração, p. 15. Entrevistada por Carlos Eduardo Uchôa Fagundes Jr.